

## **Efeitos da Pandemia de Covid-19 para o(s) desenvolvimento(s): uma análise introdutória sobre a perspectiva gerencial de agências multilaterais internacionais em países subdesenvolvidos<sup>1</sup>**

### **Effects of the Covid-19 Pandemic for development (s): an introductory analysis on the managerial perspective of international multilateral agencies in underdeveloped countries**

ADELE DE TOLEDO CARNEIRO<sup>2</sup>  
Doutora em Administração de Empresas com ênfase  
em Estudos Organizacionais.  
[carneiro.at@gmail.com](mailto:carneiro.at@gmail.com)

#### **RESUMO**

O presente artigo conceitual-teórico tem como objetivo investigar as principais condições de atuação de órgãos multilaterais internacionais em pleno contexto de Pandemia pela Covid-19, e as principais diferenças desta atuação se comparada com os projetos destes órgãos em prol do Desenvolvimento no mundo ao longo do século XX. A partir da análise histórica do conceito de Desenvolvimento e da noção contemporânea de colonialidade a partir da perspectiva gerencial, o trabalho se mostra introdutório ao analisar os dados extraídos em pronunciamentos de executivos da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao longo do cenário pandêmico, principalmente com a triste marca de mais de 1 milhão de mortos vítimas da doença, todos veiculados em mídias de alta repercussão. Como conclusão, ainda passível de contribuições com o avanço da pandemia pelo mundo, é indicado que há uma tendência significativa para a mudança das ações destes órgãos internacionais, uma vez que estão voltados a uma realidade até então inédita de auxílios emergenciais a todos os países afetados pela doença, independentemente de seu nível de subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Análise Histórica. Gestão. Desenvolvimentismo. Pandemia Covid-19. Órgãos Multilaterais Internacionais.

#### **ABSTRACT**

This conceptual-theoretical article aims to investigate the main performance conditions of international multilateral agencies in the context of Pandemia by Covid-19, and the main differences of this performance when compared with the projects of these agencies in favor of Development in the world throughout of the 20th century. Based on the historical analysis of the concept of Development and the contemporary notion of coloniality from a managerial perspective, the work is shown to be introductory in analyzing the data extracted from statements by executives of the World Health Organization (WHO) throughout the pandemic scenario, mainly with the sad mark of more than 1 million dead victims of the disease, all aired in high-profile media. As a conclusion, still subject to contributions with the advancement of the pandemic around the world, it is indicated that there is a significant tendency for the actions of these international bodies to change, since they are geared to a hitherto unprecedented reality of emergency aid to all affected countries. disease, regardless of their level of underdevelopment.

**Keywords:** Development. Historical Analysis. Management. Developmentalism. Covid-19 Pandemic. International Multilateral Institutions.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em: 30.09.2020 e aprovado em 30.10.2020

<sup>2</sup> Trechos deste artigo foram extraídos originalmente da tese de Doutorado da autora, defendida em março de 2019.

## INTRODUÇÃO

Pelo senso comum, o ano de 2020 pode ser resumido por um fenômeno de abalo internacional nas áreas de saúde pública, da economia dos países e nas políticas estatais: A pandemia de Covid-19. Iniciada na China no final de 2019, o surto da doença ocasionada pelo vírus identificado como Coronavírus, dado à gravidade dos casos registrados e do alto índice de mortalidade, os órgãos internacionais de saúde e economia não demoraram a classificar a doença como risco iminente de epidemia internacional.

Após registros preocupantes em países da Europa e da América do Norte, os primeiros casos foram notificados no Brasil, todos de cidadãos brasileiros que tinham recentemente estado em países como Itália e Estados Unidos. Por ser uma moléstia altamente contagiosa e com evoluções inconstantes a cada perfil de pessoa infectada, no final de março, pouco tempo após a confirmação do primeiro caso no país, uma série de providências sanitárias foram sancionada para conter o contágio na população, interferindo diretamente na rotina de residências, empresas, comércios e instituições. A maior preocupação das autoridades públicas foi enfrentar a propagação rápida do vírus por todas as cidades e estados, algo inédito e em potencial gravidade desde o surto de H1N1 nas proximidades de 2010.

Um das principais medidas governamentais brasileiras de contenção do surto de Coronavírus, a exemplo dos países que também estavam enfrentando os altos números de contaminação e óbitos pela doença, foi o distanciamento social. Consequências drásticas na economia foram os primeiros impactos sentidos pela população com o fechamento de comércios básicos, aumento do desemprego e desvalorização da moeda nacional frente aos números em queda da economia global. Com as primeiras mortes e com casos em estados gravíssimos relatados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em capacidade máxima ao longo das principais cidades do país, outra grave consequência da pandemia foi mostrando as caras para piorar a situação: planos de contingência para prover recursos básicos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento os grupos mais necessitados da população com o agravamento da pandemia.

Desde o início da pandemia, especialistas já indicavam que o surto pandêmico de Covid-19 no Brasil iria ressaltar, para além de outras consequências econômicas e de saúde pública, uma acentuação dos indicadores de desigualdade social no país. Isso não somente no caso brasileiro, mas em todos os países julgados “subdesenvolvidos”. A partir do estudo histórico sobre o conceito de Desenvolvimento a partir da abordagem gerencial, o presente artigo tem como objetivo apresentar as mudanças significativas das ações tradicionalmente estudadas de órgãos multilaterais internacionais, como a Organização Mundial de Saúde

(OMS) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em uma pandemia que acomete gravemente os países do mundo, incluindo os mais desenvolvidos. De fato, conforme as previsões estudadas sugerem, a esfera social será a mais prejudicada no saldo pandêmico, mas menos pelas desigualdades estruturais já existentes entre os países e mais pela situação inédita de apoio emergencial em todas as circunstâncias, e não aquelas já características de ações de colonialidade. Como proceder com ações multilaterais em um cenário em que os próprios países desenvolvidos precisam se reerguer economicamente e estruturar as condições próprias de saúde pública?

Para tanto, o artigo apresenta-se sob a seguinte estrutura: Primeiramente, a apresentação do termo “Desenvolvimento” sob a óptica de relações internacionais como um produto de análise histórico, dado o caráter gerencial, de âmbito público e privado, ser uma ideia construída ao longo do tempo a partir de modelos de países desenvolvidos e das estruturas econômicas “fortes” e “influenciáveis”. No tópico seguinte, a partir de referências de relações coloniais, será abordado como, enfim, o Desenvolvimentismo enquanto conceito se propõe à uma ação paradoxal ao seu propósito inicial, isto é, suas evidências em países marginalizados apontam para uma continuidade e reforço das relações desiguais quando comparadas aos países ditos de Primeiro Mundo. A partir dos esclarecimentos destes conceitos, o terceiro tópico do artigo, seguido das considerações finais, se propõe a comparar as ações tradicionais de órgãos multilaterais internacionais com as necessidades emergenciais nos países subdesenvolvidos com os efeitos da pandemia, em um cenário de necessidade de ações emergenciais contra a pandemia em todo o globo.

## **DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO SEU ASPECTO ECONÔMICO: UM PRODUTO HISTÓRICO**

A ideia de desenvolvimento pareceu ser uma abordagem em constante evolução sob análise em diferentes continentes (HETTNE, 1990; BRINKERHOFF E COSTON, 1999; JAMES, 2000), uma vez que o significado de desenvolvimento de países na atualidade já não é o mesmo condizente há 20 anos, e por sua vez não corresponde mais à noção de desenvolvimento nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (WOLFENSOHN, 1999). Segundo Williams (2003), a avaliação sobre a evolução de conceito é importante no estudo sobre desenvolvimento já que se trata de um estudo ideológico, ou mais especificamente, os termos designados definem e legitimam os termos dos debates públicos e carregam suas premissas no enquadramento e implementação de políticas.

Ainda segundo o autor (WILLIAMS, 2003, p. 43), “[...] as comparações históricas não devem ser fechadas... elas precisam ser abertas” para que sejam compreendidas na lógica do desenvolvimento. Isto porque o desenvolvimento foi parte integrante da ideologia e prática do imperialismo praticados em domínio, territorial e político, de civilizações de primeiro mundo em países em estado de subalternidade a favor da "ideologia do progresso e desenvolvimento" (PEEL, 1978), e por este motivo, a conceptualização acompanha estes desenvolvimentos históricos. Desta forma, são encontradas variações sobre temas de desenvolvimento imperialistas, nacionalistas e a "campanhas de desenvolvimento", isto é, períodos em que há a concentração de movimentos voltados ao desenvolvimento, desde o início do século XIX até o século XXI (WILLIAMS, 2003).

Entretanto, mais do que a construção do próprio significado de desenvolvimento ser adaptado ao contexto de cada época, o próprio posicionamento sobre o tópico, ou até mesmo o debate com relação a ideia de desenvolvimento “predominante”, se mostrou relativo ao longo desta evolução histórica do conceito. Um posicionamento favorável ou não sobre estas ideias de desenvolvimento se encontra, muitas vezes, acatado de maneira binária entre o “bem” e o “mal” em situações conhecidas pelo recurso histórico a partir do Imperialismo no século XIX. Após a época moderna das Grandes Navegações e do auge das colônias latino-americanas empregada pelas potências europeias, o conceito de dominação territorial destas últimas, sobretudo da Inglaterra, passou a ser dominado pela lógica do capitalismo industrial. Este é um marco ponderado com frequência por estar relacionado à empreendimentos históricos que implicaram numa ação por nações tradicionais acima de outras, como os processos de independência.

Desde então, a relação entre países historicamente considerados autoridades imperiais (ainda que a América Latina construísse paulatinamente o seu processo de independência) e aquelas nações influenciadas por este poder foi considerada distante em forma de desigualdade, na qual os primeiros detém domínio sob os segundos em diferentes aspectos. A grande mudança, desde o século XIX, é que este domínio deixou cada vez mais de ser uma questão territorial para ser uma questão político-econômica. Sendo assim, o posicionamento relativamente conhecido a partir dos efeitos “maléficos” de políticas de desenvolvimento fica destoado conforme a aproximação dos eventos do século XXI relacionados à ideia de desenvolvimento. Em outras palavras, o que era comumente acordado como uma ideia de “intervenção” passou, ao longo do percurso histórico de países desenvolvidos e não desenvolvidos, para uma ideia de “levar benefício” ou, até mesmo, de “condução à modernidade”. Williams (2003) explica que conforme a propagação das ideias após a

Segunda Guerra Mundial, mais especificamente após a década de 1970, provou ser bastante difícil tratar o próprio "desenvolvimento" como um problema.

Para Bresser Pereira (2011), de forma reificada, o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Genuinamente, o desenvolvimento pode ser analisado como um processo social global em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Por serem mudanças em diferentes aspectos da sociedade e em um período histórico a partir das consequências dos fatos vividos a partir das influências externas, permite-se o uso do termo no seu plural, seja pelo Desenvolvimento enquanto fenômeno, seja pelos "Desenvolvimentos" subsequentes ao processo histórico. O que o autor explica é que o desenvolvimento é um fator sistêmico, uma vez que não existe desenvolvimento apenas nos setores em caráter individual, mas sim em todos os conjuntos integralmente. Além disso, o autor posiciona que o resultado mais importante obtido com o desenvolvimento, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população.

Desta forma, determina-se que o(s) desenvolvimento(s) é(são) um conceito que envolve aspectos ideológicos, é de abordagem sistêmica e contingência. Por este motivo, para a análise de qualquer fenômeno entre países com históricos de desenvolvimento distintos, conforme será alinhado no próximo tópico a partir da ideia de colonialidade, deve-se focar ao contextualizar o desenvolvimento sob a perspectiva no seu fator social e colocar em menor evidência seu aspecto econômico.

## **O(S) DESENVOLVIMENTO(S) A PARTIR DE UM OLHAR GERENCIAL DE COLONIALIDADE**

O Desenvolvimento enquanto conceito histórico pressupõe movimentos globais que impactam diretamente as políticas internas de países que buscam medidas referenciais para um padrão econômico, social e político de acordo com países detentores destes modelos. Para este processo, a perspectiva gerencial esteve inerente no contexto das políticas mais contemporâneas envolvendo América do Norte e do Sul. Sobretudo com as decorrências da Guerra Fria, e as subsequentes relações entre os países do globo, formam um contexto medular para a análise do desenvolvimento do *management*<sup>3</sup>, como conceito e como

---

<sup>3</sup> A ideia de management como forma de administração-modelo a partir dos preceitos ideais americanizados foi consolidada como disciplina ao ser inserida no contexto da Guerra Fria, ocorrida entre os anos de 1945 a 1991, a partir de um contexto enviesado (COOKE; MILLS, 2008) ao assumir, dentro de um complexo comercial-militar-

fenômeno. Mais do que isso, ele foi elemento de domínio cultural e até ideológico predominante de países do ocidente para aqueles considerados, nestes aspectos dominantes, em desenvolvimento. Uma das estratégias fundamentais dos EUA para esse fim, inclusive inserida no Ponto IV<sup>4</sup>, principalmente focada nos países do dito Terceiro Mundo, foi a de promover estratégias e ações que gerassem desenvolvimento e modernização dentro dos modelos, parâmetros e ditames norte-americanos.

Moore (2008) percebeu que a partir deste período, quando foi formado um "mundo moderno", que definiu o estado de desenvolvimento como um processo necessário à modernização, é o produto de mudanças históricas no longo prazo, e não assumiu que as alianças políticas e os conflitos que produzissem resultados específicos para este processo eram "inevitáveis". Este caráter de premência justifica-se pela necessidade, sobretudo em níveis de produção (Maranhão, 2010), de elementos relacionados ao progresso nacional. O desenvolvimento, a partir deste quadro, revela-se como um produto histórico de caráter contingente, ao abranger elementos econômicos em congruência com fatores políticos e sociais. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento pode ser estudado com estado de "fato social" (WILLIAMS, 2003) e, desta forma, deve ser observado também a partir das consequências sociais decorridas por esse processo.

Ao longo das duas décadas seguintes, com o acirramento das disputas entre o mundo bipolarizado em contexto da Guerra Fria, as atividades do governo americano estiveram cada vez mais alinhadas à proposição de um maior controle sobre as atividades da América Latina, conforme proposto inicialmente por meio do Ponto IV. A iniciativa coube aos EUA, e as avaliações econômicas iniciais eram de pesquisadores e políticos latino-americanos, conforme relatos de Matos (2008). É nesse momento que ocorre o processo de transferência da racionalidade administrativa com a implementação de tecnologias de gestão dos países em estágios superiores de desenvolvimento para os países em subdesenvolvimentos.

Sob a óptica brasileira, Celso Furtado (1987) é um dos autores mais citados devido sua *magnum opus* Formação Econômica do Brasil e por sua contribuição na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão que reuniu os principais formuladores e as principais ideias políticas referentes ao desenvolvimentismo na América Latina (Wanderley,

---

político (ALCADIPANI; BERTERO, 2012), os recursos típicos do modelo americano na época. Brevemente, a ideia que permeia este exercício teórico foi o constante esforço por parte dos EUA para manter a influência comunista distante das nações estratégicas ao seu ver, e conseqüentemente evitar ao máximo, que países deixassem de fazer parte de seu eixo de influência ideológica, social e econômica.

<sup>4</sup> Política inaugurada pelo governo americano Truman em 1949, sendo uma doutrina padrão utilizada pelos EUA como apoio técnico às nações em desenvolvimento e mais suscetíveis às "ameaças comunistas" (BARROS, ALCADIPANI; BERTERO, 2018).

2015a). A CEPAL, inclusive, teve suas atividades durante a segunda metade do século XX analisada sob a perspectiva do desenvolvimento como uma das instituições contribuintes para os pilares da Teoria da Dependência (TD) (CEPAL, por meio de estudos latino-americanos de Raul Prebisch<sup>5</sup>), base teórica para estudos sobre os relacionamentos entre Norte e Sul do globo na perspectiva organizacional.

Esta base teórica, que concentra posicionamentos contrários às formas de desenvolvimento, possui uma linha crítica que aponta que os processos de desenvolvimento a partir do século XX mais produziu subdesenvolvimento do que de fato desenvolvimento como se propositou a princípio (WILLIAMS et al., 1998) por meio da perpetuação da dependência, financeira e política, das decisões nos países de terceiro mundo a partir das ideias ocidentais hegemônicas. Assim, por mais que exista proatividade para levar a modernização às nações necessitantes, permanece os estados de desigualdade entre parte do mundo.

De forma geral, a Teoria da Dependência, dentre as suas diferentes perspectivas<sup>6</sup>, teve em seu aparato teórico a criação de dois conceitos-chave para a compreensão de desigualdades entre países a partir do histórico ocidental de desenvolvimento. O que seria denominado como “centro” seria qualquer menção às estruturas produtivas homogêneas e responsáveis pela geração de progresso técnico e acumulação de capital, influentes por seu modelo padronizado. Em contrapartida, o termo “periferia” designaria às estruturas produtivas heterogêneas, sendo o desenvolvimento desigual gerado a partir dessa assimetria entre os termos.

Por isso, segundo Arabe (2003), o subdesenvolvimento não pode ser analisado como um estágio anterior ao desenvolvimento, mas como um produto do tempo histórico e, por isso, é intrinsecamente relacionado ao processo de industrialização. Entretanto, ainda que os países em situação periférica necessitassem desse impulso para a produção industrial, este movimento seria contraditório em seu propósito. Denominado como a “dialética da industrialização” (ARABE, 2003, p. 186 e 187), o impulso para o desenvolvimento de nações periféricas permitiria as condições básicas de modernidade requisitadas, porém, ao mesmo

---

<sup>5</sup> PREBISH, Raúl, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, CEPAL, 1949.

<sup>6</sup> Conforme apontado por Arabe (2003), a partir da crise verificada nas teorias desenvolvimentistas e como resposta às análises do desenvolvimento da economia latino-americana, surgiram duas correntes principais para análise da dependência como teoria: A Marxista e a Weberiana. A última apontada (Cardoso e Faletto, 1999) é a corrente considerada para a análise neste trabalho, e é relacionada à perspectiva do desenvolvimento como um processo social. Isto é, a partir da análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração estabelecido em grupos sociais nacionais e internacionais.

tempo enraizava as relações desiguais com as nações centrais, tornando a periferia continuamente dependente do centro para seu desenvolvimento.

A partir do conceito de centro-periferia, classificado a partir das assimetrias identificadas nas relações entre estas regiões (PREBISCH, 1962), do reconhecimento da interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e da conseqüente negação de que representariam diferentes etapas de um mesmo fenômeno (FURTADO, 1987), o conceito de dependência foi sendo (re)elaborado nas décadas de 1950 e 1960, por diversos autores latino-americanos como uma categoria de investigação da realidade da (e a partir da) região. Desta forma, assim como proposto na teoria da dependência, a ideia de desenvolvimento também pode ser assim, contextualizada para esta abordagem, como um neologismo, assim como ocorre com o termo de “colonialidade” (ou em termos contemporâneos, o termo “pós-colonialidade”). “Colonialidade” é um neologismo criado para designar a dominação de poder (QUIJANO, 2000; 2005), do ser e do conhecimento, que persiste mesmo após a eliminação da dominação política do colonialismo e que impõe a racionalidade da modernidade sob uma perspectiva meramente euroamericana (MIGNOLO, 2011). A partir destes estudos, é possível deduzir o desenvolvimento como um dos fatores que proporcionam, ou pelo menos “justificam”, as ações e as conseqüências de designação de colonialidade, inclusive em tempos mais atuais.

Embora a abordagem utilizada neste artigo sobre desenvolvimento não tenha um propósito crítico ou na promoção do discurso de decolonialidade, como utiliza Wanderley (2015b), mostra-se relevante expor previamente corrente do pós-colonialismo, a qual contribuiu para as Ciências Humanas para identificar e disseminar estudos que iam à contrapartida do pensamento hegemônico em diferentes áreas de alcance. Ao abordar as correntes de desenvolvimento, entretanto, ressalva-se que o subdesenvolvimento como produto histórico não é uma etapa como a significação da colonialidade como estágio.

Em outras palavras, uma nação pode passar por uma etapa colonial, mas não como uma etapa de nação subdesenvolvida. Isso porque o não é um padrão pelo qual as economias que atingiram um grau de desenvolvimento tiveram necessariamente que passar, as condições e oportunidades dependem do histórico particular de cada país (FURTADO, 1983). Daí a importância de considerar uma economia de subdesenvolvimento em contexto à divisão internacional do trabalho ao qual está inserida. Sendo assim, o propósito em apresentar os estudos críticos da colonialidade em organizações é no sentido de discutir o desenvolvimento a partir das desigualdades entre Norte e Sul, promovendo a busca de um campo de Estudos

Organizacionais que seja pluriversal e um mundo multipolar (WANDERLEY, 2015b) (isto é, após o conflito da Guerra Fria).

## **AS CONSEQUÊNCIAS VISTAS E PREVISTAS DA COVID-19 EM PAÍSES “EM DESENVOLVIMENTO” PELAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS**

Tendo a perspectiva histórica do desenvolvimento e as noções de centro-periferia tratadas de forma crítica às concepções de senso comum, é possível dissertar sobre algumas percepções a partir do que foi noticiado desde o início da pandemia de Covid-19 em países em desenvolvimento, como o Brasil. Esta análise será dirigida às relações internacionais empreendidas e, principalmente, a partir dos conceitos de desenvolvimento e de posicionamentos centro-periferia já trabalhado nos tópicos anteriores. Desta forma, o trabalho aqui empreendido volta-se a um esforço crítico sob esta abordagem, sem propor qualquer tipo de juízo de valor ou opinião voltados às considerações sobre decisões governamentais tomadas em qualquer esfera pública ao longo do período pandêmico.

A priori, o ponto que chama a atenção nesta análise é, de fato, o olhar de órgãos multilaterais internacionais sobre a pandemia no Brasil, a julgar pelo tamanho do território do país e pela quantidade de brasileiros com potencial agravante da doença. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) mostraram-se ser as instituições com maiores discursos e repercussões internacionais sobre a pandemia no Brasil, a partir da busca em jornais online de maior veiculação no país no período de março de 2020 a setembro de 2020<sup>7</sup>. A análise a partir das percepções destes órgãos multilaterais mostra-se significativo tendo consciência da relevância do papel destas instituições para o Desenvolvimento enquanto movimento de olhar “colonizante”. Isso pelo fato da implementação de políticas com este fim ser regida historicamente por meio de atuação destas organizações em países subdesenvolvidos.

A partir deste acordo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ao longo do século XX, foram definidas as regras e fornecidos os recursos através dos quais os envolvidos executariam os projetos designados para promoção de infraestrutura e atividades econômicas para o desenvolvimento como nação. Em contrapartida, as instituições manteriam seus interesses por meio de empréstimos financeiros e com a garantia subsequente à execução dos projetos sob sua supervisão. Para William (2003), esta relação, analisada sob este aspecto primário, seria uma continuidade típica entre “metrópole-colônia” de modo que permitiu a

---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada por busca de palavras-chave associadas no período histórico determinado e nos jornais Folha de São Paulo online, Estadão online, O Globo online e G1.com online.

conceitualização de colonialidade em tempos pós-imperiais. A partir deste novo contexto, estas relações decorrem em parte da inércia institucional e de uma cultura de adaptação à forma como os projetos fossem sendo executados (WILLIAMS, 2003).

Por este motivo, as instituições aparentemente poderiam ser analisadas como função unicamente de reprodução das políticas adotadas pelos colaboradores respectivos. Sob este aspecto também, seria provável que a implementação de políticas fosse mais eficaz quando as autoridades trabalham com "partes interessadas" estabelecidas. Por este motivo, Williams (2003, p. 40) pondera que os pressupostos implícitos, as práticas diárias e os interesses institucionais são mais propensos a moldar as formas em que as políticas são implementadas do que as intenções declaradas dos decisores políticos. É provável que estes aproveitassem a mudança de circunstâncias para encontrar novas maneiras de perseguir seus objetivos e, assim, Williams (2003, p. 51) finaliza; “Pode não ser, portanto, surpreendente achar que quanto mais as coisas mudam, mais elas ficam iguais”.

Embora a atuação da OMS e do FMI no Brasil sobre a pandemia de Covid-19 não tenha sido programada sob nenhuma política financiadora direta ou algum programa de intervenção direta, é possível analisar a política de Desenvolvimento(s) sob este olhar gerencial em discursos públicos de autoridades dos respectivos órgãos. Isso porque o papel das instituições multilaterais também deve ser compreendido pelo viés político, sendo estas organizações mais do que executores de um princípio precedido pelos seus países-sede. Carroll e Carson (2006) afirmam que projetos voltados ao desenvolvimentismo de nações são altamente políticos, manifestando-se, por esse motivo, de diferentes maneiras e com diferentes graus de sucesso no cumprimento das reformas propostas em cada país. Isso revela, então, que o componente político não estaria somente na presença de interesses tanto dos países receptores quanto os países mandantes, mas também pelos conflitos e divergências subsequentes a estas implementações.

Desta forma, o discurso público destes órgãos internacionais sobre as projeções de índices econômicos em consequência da pandemia ou mesmo das condições de medidas públicas de segurança sanitária para países subdesenvolvidos revelam uma ordem normativa em discursos sobre a abrangência da pandemia no globo. Frases dirigidas ao público sobre o controle da pandemia no Brasil ser “uma vitória para o mundo” ou ser um “ótimo indicador”<sup>8</sup> pelo número de habitantes no país indicam uma função política e social destes órgãos, para

---

<sup>8</sup> Fonte: Agência Brasil, 2020. Acesso em 27/09/2020. Disponível em: [https://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2020/08/oms-controle-da-pandemia-no-brasil-poderia-ser-vitoria-para-o-mundo\\_113381.php](https://gazetaweb.globo.com/porta1/noticia/2020/08/oms-controle-da-pandemia-no-brasil-poderia-ser-vitoria-para-o-mundo_113381.php)

além de sua importância técnica para o controle pandêmico. Mesmo com o foco na administração de saúde mundial, a OMS promove ações voltadas a financiamentos de países “de baixa renda”<sup>9</sup> na mesma ordem estrutural das ações de órgãos multilaterais para o desenvolvimento de países com baixa capacidade administrativa.

É importante lembrar que as propostas de agências multilaterais de desenvolvimento no final do século XX concentravam seus projetos em países de Terceiro Mundo com o discurso voltado à redução da pobreza e dos agravantes sociais e humanitários aos grupos sociais menos favoráveis, buscando promover o desenvolvimento por meio de projetos públicos de grande escala (MCCOURT, 2008). Para a garantia destes objetivos humanitários sustentáveis, os projetos continham em sua gênese a premissa da expansão do Estado e do investimento público como forma de alcançar maior inclusão social e econômica da população com uma melhor distribuição da renda nacional. Como argumento de implantação destes projetos, as instituições presumiam que nestes países receptores havia um distanciamento entre a elaboração por condução própria de planos de desenvolvimento econômico e a então capacidade administrativa para execução implementação de tais planos (TURNER; HULME, 1997).

Desta forma, ao analisar as propostas de iniciativa global (até o momento, única com o projeto ACT-Accelerator) para conter o avanço da pandemia no mundo, é percebido que “essas ferramentas só serão desenvolvidas com a agilidade e equidade necessárias” e com investimento “necessário para financiar pesquisas, aumentar a manufatura e fortalecer os serviços de entrega”<sup>10</sup>. A dificuldade do investimento de ações globais como esta, segundo os próprios diretores da organização, está em uma preocupação mais latente em ações multilaterais de saúde, e não necessariamente em ações concretas para a recuperação econômica global, estimada em uma queda US\$ 7 trilhões com as consequências da pandemia em 2020. Conforme a própria fala do diretor executivo da OMS, Michael Ryan:

Se olharmos a realidade, é uma grande tarefa para todos. Solidariedade científica, comprometimento dos países, financiamento, distanciamento social, produção de vacinas, há elementos que podemos investir para reduzir

---

<sup>9</sup> Fonte: Exame, 2020. Acesso em 28/09/2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/oms-vai-oferecer-120-milhoes-de-testes-rapidos-de-covid-a-paises-pobres/>

<sup>10</sup> Fonte: Estadão, 2020. Acesso em 2/09/2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-pede-a-paises-desenvolvidos-doacao-de-us-35-bilhoes-para-frear-a-pandemia,70003452486>

a fatalidade. Não é apenas a vacina, são todas as medidas juntas que irão frear a pandemia, mas o tempo de agir é agora<sup>11</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 afetou significativamente, em diversas áreas, o mundo como um todo, que há décadas não sabia como se portar diante de uma epidemia global e suas consequências econômicas e sociais. Tanto que o fenômeno utilizado para comparação ao cenário da pandemia de Covid-19 é o contexto de exatos 100 anos atrás, com a epidemia da Gripe Espanhola. A triste marca de mais de um milhão de mortos<sup>12</sup> no mundo choca pela crise epidêmica na saúde e a corrida pela primeira vacina contra o vírus.

A pandemia de 2020 marca também uma situação inédita para a atuação de agências multilaterais em prol do então “Desenvolvimento”. O padrão de ações históricas destes órgãos sempre previu projetos de aparente benevolência, mas com retornos significativos aos moldes coloniais, conforme definido pelas ações gerenciais de desenvolvimentismo. Porém, em uma situação de agravamento dos quadros de saúde pública, com graves tragédias sociais dentro dos próprios países desenvolvidos, as ações de multilateralismo mostram-se pouco engajadas pelo grupo de nações com poder para tal atuação, diferindo-se radicalmente do padrão de ações conforme o histórico do século XX.

Esta análise, conforme descrito no título do artigo, é introdutória, uma vez que o globo ainda se vê inserido na pandemia de Covid-19 e sem previsão de término. Porém, mesmo em análise inicial e com poucos dados seguros sobre as consequências gerais da pandemia nos países subdesenvolvidos, é possível afirmar que, de fato, a pandemia irá acirrar ainda mais as estruturas desiguais dentro e fora destes países de Terceiro Mundo. Porém, este acirramento se dará não apenas pelas consequências sociais e econômicas da pandemia, mas por uma situação até então inédita de atuação dos órgãos multilaterais internacionais, que precisam agir para além da lógica do Desenvolvimento sob a colonialidade, mas realmente para um auxílio emergencial de saúde pública para uma doença que afeta as próprias nações desenvolvidas.

Percebe-se que neste cenário, a lógica neoliberal do “salve-se quem puder” é mais imediatista do que a lógica historicamente estudada e percebida, na prática, como uma benevolência velada destes órgãos. Estudos mais aprofundados sobre o assunto, e

---

<sup>11</sup> Fonte: Estadão, 2020. Acesso em 2/09/2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-pede-a-paises-desenvolvidos-doacao-de-us-35-bilhoes-para-frear-a-pandemia,70003452486>

<sup>12</sup> Dado de 29/09/2020.

principalmente sobre como estas instituições multilaterais terão como estratégias para os países em desenvolvimento, serão indicados para o futuro, com mais dados seguros sobre o cenário e infelizmente, com profunda tristeza, mais vítimas da doença pelo mundo.

## REFERÊNCIAS

ARABE, C. H. G. Centro e periferia cinquenta anos depois. *Plural (USP)*, v. 10, p. 181-195, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do velho ao novo desenvolvimentismo. In: OCAMPO, J. A.; ROSS, J. (Orgs.). *Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BRINKERHOFF, D; COSTON, J. International development management in a globalized world. *Public Administration Review*, v. 59, n. 4, p. 346-61, 1999.

CARDOSO, F.H. and FALETTO, E. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARROLL, William K. e CARSON, Collin. Neoliberalism, capitalist class formation and the global network of corporation and policy groups, in PLEHWE, Dieter et. al (Eds.) *Neoliberal hegemony: A global critique*. New York and London: Routledge, pp. 51-69, 2006.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 22a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.  
 HETTNE, B. *Development Theory and the Three Worlds*. Harlow, Longman, 1990.

JAMES, D. After 'years in the wilderness': development and the discourse of land claims in the new South Africa, *Journal of Peasant Studies*, vol. 27, p. 142-161, 2008.

MARANHÃO, Carolina M. *Indústria cultural e semiformação: análise crítica da formação dos administradores*. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. in: *Simpósio Internacional Processo Civilizador*, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008.

McCOURT, W. Public Management in Developing Countries. *Public Management Review*. Vol, 10, N. 4, p.467 – 479, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOORE, S.T. Social Welfare in a Managerial Society. *Health Marketing Quarterly*. Vol. 15, N. 4, p. 75-87, 2008.

PEEL, J.D.Y. “Olaju”: a Yoruba concept of development. *Journal of Development Studies*, Vo. 14, p. 136–165, 1978.

PREBISCH, Raul. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Boletín Económico de América Latina*. Santiago de Chile. VII (I), 1962.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad y democracia: intereses y conflictos. *Anuario Mariateguiano (Lima)* Vol. XII, No 12, 2000.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, Buenos Aires, 2005.

TURNER, M. and HULME, D. *Governance, administration and development: Making the state work*. Palgrave: London, 1997.

WANDERLEY, S. E. P. V. CEPAL: Desenvolvimentismo ou uma outra americanização? A formação de profissionais pós-graduados na teoria e prática do desenvolvimento. In: *EnAnpad*, 2015, Belo Horizonte. *EnAnpad* 2015, 2015a.

\_\_\_\_\_. Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geohistória da Administração no Brasil: A atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2015b.

WILLIAMS, G. *Studying Development and Explaining Policies*, Oxford Development Studies, Vol. 31, N.1, p. 37-58, 2003.

WOLFENSOHN, James. A Proposal for a Comprehensive Development Framework’, Memo to the Board, Management and Staff of the World Bank Group. Washington DC, World Bank, 1999.